

Brasil admite pagar mais do que 30% dos juros e analisa ampliar para 50%

por Claudia Safatle
de Brasília

O Ministério da Economia admite pagar uma parcela maior dos juros da dívida externa, mês a mês, aos bancos credores internacionais. A proposta do comitê de bancos feita ao negociador da dívida externa, Pedro Malan, foi de que o País passe a pagar não mais 30 e sim 50% dos juros mensais vencidos a partir do segundo semestre, retroativa, contudo, a janeiro deste ano. O argumento dos credores, representados pelo comitê assessor dos bancos, é de que o País acumulou reservas cambiais suficientes para elevar os desembolsos mensais. Até março último as reservas atingiram a cifra recorde de US\$ 15,13 bilhões.

O secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antonio Gonçalves, disse que a área econômica está mesmo analisando essa possibilidade, "mas não retroativa a janeiro e sim do segundo semestre em

diante, pois temos problemas orçamentários para fazer pagamentos retroativos".

A decisão de pagar 30% dos juros vencidos foi tomada em janeiro de 1991 pela então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e veio colocar um fim na moratória decretada em junho de 1989. No processo de negociação para o refinanciamento do estoque de US\$ 42 bilhões de débitos junto aos bancos credores, a elevação desse percentual de desembolso foi colocada e é bastante provável que comece a ser implementada pelo governo brasileiro no princípio do segundo semestre. "Ainda estamos vendo a data", ponderou Gonçalves.

DISCORDÂNCIAS

Da contraproposta feita pelo Ministério da Economia ao comitê de bancos, no dia 5 último, dois pontos já foram recusados pelos credores. O ministro Marcílio Marques Moreira concordou em elevar para US\$ 3,2 bilhões as garantias ini-



Luiz Antonio Gonçalves

ciais, aportando cerca de US\$ 1,5 bilhão de reservas internacionais do País para compor esse montante de "enhancements" para amortizações e doze meses de juros. O Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) entrariam com cerca de US\$ 400 milhões (pouco mais, pouco menos, conforme a insti-

tuição), além de mais uma parte advinda como "new money" (dinheiro novo) dos próprios bancos. A cifra, US\$ 3,2 bilhões, foi considerada ainda insuficiente pelos credores, conforme disse a este jornal o representante de um banco com representação no comitê. "Pode chegar a um pouco mais, embora abaixo de US\$ 3,6 bilhões", ponderou a fonte.

Não concordaram, também, com a proposta do governo brasileiro, de limitar o acesso a cada tipo de opção de bônus em troca da dívida velha. "Isso não foi aceito porque temos que buscar o caminho voluntário do mercado", informou a fonte.

Os bancos querem, ainda, que os juros atrasados de 1991 e 1992 (decorrentes de pagamentos limitados a 30% do valor vencendo) sejam pagos parte "cash" e o restante com bônus de dez anos de prazo para resgate. Não há, ainda, uma concordância por parte do governo.